

**PREFEITURA MUNICIPAL DOS BEZERROS**

**LICITANTES E/OU CONTRATADOS SANCIONADOS ADMINISTRATIVAMENTE**

**Atualizado em 16/06/2025**

PROJETAR CONSTRUÇÕES E PROJETOS	14.733.583/0001-74	11/11/2023	Suspensão Temporária	02 ANOS SEM LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO	0,00
JMS COMERCIO DE GÁS LTDA	48.445.395/0001-62	25/07/2024	Suspensão Temporária	02 ANOS SEM LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO	0,00
B S COMERCIO E SERVICOS LTDA	32.859.799/0001-62	18/10/2024	Advertência por escrito	EQUIVOCO QUANTO AO ENQUADRAMENTO FISCAL DA EMPRESA	0,00
GAROA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	09.021.664/0001-01	18/10/2024	Suspensão Temporária	02 ANOS SEM LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO	0,00
ALLANE CARINNE LIMA SANTOS	49.347.873/0001-64	18/10/2024	Suspensão Temporária	02 ANOS SEM LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO	0,00
KADORE CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA	41.457.675/0001-41	11/12/2024	Suspensão Temporária	02 ANOS SEM LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO	0,00
IMPERIO EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA	46.194.914/0001-31	05/02/2025	Multa	MULTA	0,00
AMARO MILTON DA SILVA TRANSPORTES	45.855.037/0001-30	30/05/2025	Multa	e MULTA de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor total da medição mensal referente ao período de março a outubro do ano corrente para a rota correspondente ao veículo que não cumpriu as exigências editalícias e contratuais	0,00
FELIPE SILVA DOS SANTOS	50.812.748/0001-67	30/05/2025	Suspensão Temporária	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de 03 (três) anos	0,00
KADORE CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA	41.457.675/0001-41	30/05/2025	Suspensão Temporária	MULTA de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor total das medições mensais referentes ao período de março a outubro do ano corrente para cada rota correspondente aos veículos que não cumpriram as exigências editalícias e contratuais	0,00

No Portal da Transparência, sanções são punições aplicadas a pessoas físicas, pessoas jurídicas e servidores públicos, decorrentes da relação administrativa com o Poder ou órgão.

Sanção administrativa é a penalidade prevista em lei, contrato ou edital aplicada pelo Estado, como consequência da inobservância ou observância inadequada a um comportamento descrito pela norma jurídica. Sua aplicação deve respeitar os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, garantidos por meio do devido processo legal.

As sanções tem, em regra, caráter preventivo, educativo e repressivo. Outra finalidade é a reparação de danos pelos responsáveis que causem prejuízos ao órgão ou entidade, objetivando, a proteção ao erário e ao interesse público.